

SIGNOS, CÓDIGOS E ESTRATÉGIAS LITERÁRIAS DA NEGRURA E DA BRANCURA EM *VIVA O POVO BRASILEIRO*

Sally Inkpin (UNEB)

Em sua monografia, *Playing in the Dark. Whiteness and the Literary Imagination* (Brincando no escuro. Brancura e o imaginário literário), Toni Morrison (1993) analisa duas entidades *blackness* (negrura) e *whiteness* (brancura) que permeiam a sociedade e a literatura estadunidenses. Mediante diversas técnicas retóricas, representativas e simbólicas, a negrura inferioriza e desvaloriza as pessoas negras, enquanto a brancura promove e valoriza a beleza, a cultura, a religião, os costumes e valores forjados como sendo dos brancos. Neste trabalho, investigamos entidades semelhantes num pequeno perfil da literatura brasileira. No Brasil, a elite branca tem utilizado uma ideologia que apresenta uma imagem nacional mestiça para unir o país. Essa imagem mestiça foi utilizada para promover a concepção do Brasil como uma nação em que vigora a democracia racial. Entretanto, nosso estudo evidencia que, apesar da forjada identidade mestiça, uma estética tem se desenvolvido na literatura brasileira e em outras práticas culturais que valorizam a beleza e a cultura entendidas como brancas mais do que as forjadas como sendo dos negros. A concepção literária e social do mestiço e da mestiçagem é altamente ambígua, apresentando-se como um espaço indefinido e transitório, que inclui enquanto exclui. A fim de fazer reflexões sobre a construção de brancura, negrura e mestiçagem no contexto brasileiro, nossa análise pauta-se no romance *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (1984) que, em sua maior parte, desconstrói essas construções.

Palavras-chave: Brancura. Negrura. Mestiçagem.

Baseado no meu estudo de doutorado¹, este artigo surgiu de vários questionamentos que me inquietaram ao longo de minha residência no Brasil. Chegando aqui da Inglaterra ao início dos anos noventa, eu procurei a dita “democracia racial”, mas encontrei uma sociedade marcada profundamente pelos séculos da escravidão em termos da constituição racial de suas classes. Minha impressão inicial era de que, quanto mais pobre e mais escura a pele, menores eram as oportunidades de ascensão social. Estarrecia-me quando ouvia as pessoas falarem, com muita naturalidade, sobre “cabelo bom” e “cabelo ruim”. Senti-me indignada, quando outras entendiam que “boa aparência” significava ter pele clara. Choquei-me mais ainda, quando alunos de uma escola particular de inglês em Salvador conversaram sobre o alto número de “pessoas feias” no show, referindo-se à grande quantidade de negros no evento. Por

¹ *Signos, códigos e estratégias literárias da negrura e brancura na literatura brasileira* no acervo digital da PUC/RS.

acontecimentos como esses, senti vontade de entender como uma sociedade tão multiétnica quanto a brasileira, com um discurso oficial de democracia racial, continuava a ter paradigmas de beleza e expressões populares favorecedoras do padrão branco europeu.

Entendemos que as forças da brancura e negrura, entidades também ativas no imaginário coletivo brasileiro, contribuíram muito para instalar e manter essa situação. Nossa concepção sobre elas foi inspirada pela autora Toni Morrison (1993) que confessa seu fascínio em detectar como uma hegemonia sociocultural branca é mantida nos Estados Unidos. Ela investiga textos de autores da literatura canônica estadunidense branca para entender o fenômeno. A autora aponta que, por meio da manipulação de imagens, símbolos, técnicas discursivas e estilos narrativos, entre outros edifícios literários, as cores preta e branca e as tonalidades de pele entre elas têm sido contaminadas por diversos sentidos, relacionados a comportamentos sexuais e socioculturais, atingindo práticas e crenças éticas, políticas, econômicas e religiosas.

A brancura e a negrura brasileira são extremamente complexas, devido ao fato de o Brasil ter sido dominado, durante vários séculos, por uma pequena elite de descendência europeia, que usa a retórica ideológica da mestiçagem e da democracia racial a fim de incluir e/ou excluir *outros*, que formam a grande maioria da população. Os discursos e imagens veiculados incluem todos, entretanto, os costumes e as tradições culturais, literárias, socioeconômicas e políticas de séculos resultam na exclusão das massas, sobretudo, negando-lhes o direito à educação de qualidade e boas condições de trabalho (FERNANDES, 2013; MUNANGA, 2008; SCHWARCZ, 2010).

O crítico literário britânico David Brookshaw (1983) afirma que as forças ideológicas da sociedade brasileira têm incorporado o simbolismo inerente às cores branca e preta desde seu início. Essas forças referem-se não só a qualidades que abrangem a beleza e a feiura, a civilização e o primitivo, mas também a moralidade e a imoralidade. O autor sugere que diversos elementos dessas entidades são ligados à construção de estereótipos de negros e tipos idealizados brancos, que se opõem dentro da literatura brasileira. A oposição desses representantes revela um conflito central entre as culturas africana e europeia. Nesse sentido, a cultura e as pessoas brancas são associadas à pureza, à beleza, à inteligência, à espiritualidade e à moralidade, enquanto a cultura e as pessoas negras à impureza, à feiura, à ignorância, ao profano e à imoralidade.

Brookshaw destaca que o conflito entre as duas culturas é demarcado por zonas divididas por uma linha de comportamento. Há a possibilidade de o não branco ascender socialmente, atravessando a fronteira marcada pela linha de comportamento, por um ato de branqueamento que demonstre a apropriação de comportamentos ligados às tradições culturais e comportamentais dos cristãos e europeus. O branco, “naturalmente”, vive acima dessa linha, entretanto ele pode descer abaixo dela, se identificar-se muito com a ‘cultura negra’. Por outro lado, até hoje é difícil para uma pessoa preta com pele escura e cabelo crespo passar por essa divisão e ser aceito no mundo branco.

Nossa investigação de brancura e negrura enfoca três edifícios literários centrais, mesmo admitindo que haja diversos outros elementos que poderiam ser considerados. O primeiro é uma economia de estereótipos negros e tipos brancos idealizados; o segundo é o deslocamento metonímico em que as cores referentes à pele se incorporam nas paisagens e entidades apresentadas, inspirando sentidos e julgamentos por meio dessa técnica. Nas obras da literatura fundadora em autores como José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Jorge Amado e José Lins de Rego é perceptível a idealização de entidades brancas, tais como: estrelas, pássaros, nuvens e praias alvas e mares leitosos, e, por outro lado, a condenação e rebaixamento de espaços e ambientes forjados como pretos ou dos negros.

A terceira área de investigação enfoca técnicas narrativas. Uma dessas é o uso recorrente de um narrador onisciente didático que conduz o pensar do leitor, nas obras do círculo romântico, como as publicadas por Alencar e Macedo. Outra técnica narrativa que identificamos é a duplicidade textual em que o autor afirma conceitos contraditórios. Por exemplo, Macedo, em *Vítimas Algozes*, constantemente condena a instituição da escravidão e suas práticas como a responsável pela perversão do escravo, enquanto também pinta quadros da feiura, brutalidade e amoralidade de personagens negros, apresentando-os como responsáveis por sua própria desgraça. Encontramos tal duplicidade textual também em obras da historiografia e literatura fundadora brasileira como em *A abolição*, de Joaquim Nabuco, de 1881; *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, de 1933; e, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936.

As obras fundadoras brasileiras, que incluem todas as obras citadas acima, buscaram instalar um “subtexto mítico do desenvolvimento nacional” (SOMMERS, 1990, p.72). Tal subtexto foi especialmente importante para os românticos na época da pós-independência em que intentaram desenvolver uma identidade nacional afirmativa

num contexto internacional que valorizava o branco e seus feitos, acima de tudo. A crítica e professora literária Silvina Carrizo (2001) observa que esses escritores foram profundamente influenciados pelo “olhar etnográfico” (CARRIZO, 2001, p.25), presente na herança textual sobre o Brasil, deixada pelos primeiros viajantes, missionários e naturalistas estrangeiros em seus diários, cartas e crônicas. Esse olhar examina a diversidade antropológica e cultural da nova realidade, tendo como parâmetros os padrões e as expectativas de uma realidade europeia. Os intelectuais estrangeiros organizaram e categorizaram suas percepções do Novo Mundo e dos seres que o habitaram através de sua cor, língua e costumes. Essas impressões foram registradas num meio condicionado pelo sistema mercantilista europeu, que procurava novos mercados e recursos para suas economias crescentes, além de necessitar a submissão de mão de obra indígena e negra (CARRIZO, 2001).

As entidades de brancura e negrura vão se deslocando e se adaptando ao clima das relações raciais nacionais e internacionais ao longo dos séculos. Desse modo, a brancura brasileira romântica encontra suas maiores representações na família senhorial, descendente de português em sua maioria, que forma a aristocracia agrícola. Apresentam-se a mãe dedicada à família; a sinhá-moça virginal, passiva e tímida; o Bom Senhor surge como um homem sábio e benevolente. O seu filho emerge como um jovem expansivo, progressivo e capaz. Muitas vezes, ele é um médico ou um advogado, mas seu destino é tomar o lugar de seu pai, futuramente, como senhor de terras.

Em termos de negrura, apresentam-se dois estereótipos opostos: o negro² criança e o negro monstro. Ambas as representações desmoralizam o homem negro: a primeira o infantiliza e o dessexualiza; a segunda, enquanto monstro, apresenta-o com um apetite sexual exacerbado e pervertido. O índio e a índia também são representados, principalmente, em termos dicotômicos: o homem indígena surge como um ser nobre, justo e fraterno, ou, por outro extremo, selvagem, traiçoeiro e violento. As qualidades da mulher indígena também oscilam entre características como nobre, carinhosa e

² Ao longo deste trabalho, quando falamos do negro, referimo-nos às pessoas que pertencem às categorias identitárias de preto e pardo, como definidas pelos censos brasileiros. Pelo fato de lidar com a mestiçagem e os sentidos de que a pele de tons variados representa, há a necessidade de nos referir, às vezes, ao preto ou ao mestiço, a fim de distinguir as pessoas que pertencem ao grupo que chamamos de negro. Tratamos também de outras descrições identitárias como as do mulato, mameluco etc., mas explicamos essas denominações ao longo do texto. A necessidade de usar essas conceituações surge em relação ao uso que diferentes autores fazem dessas palavras.

bondosa, ou pelo outro extremo, ela se torna selvagem, psicologicamente instável e vingativa. Vemos também a instrumentalização do não branco que vive apenas para servir o branco, ou, frequentemente, sua não representação das páginas literárias românticas.

Nessa época, a mulher negra se apresenta mais comumente pela figura da servidora doméstica. Sua existência gira em volta de seus serviços à família branca. Ela não tem família própria ou perde o direito de criar seu filho e tende também a ser representada de forma dessexualizada. Há também a figura da mãe não branca, que se sacrifica para sua progênie com o senhor. Essa ganhou a sua primeira configuração na peça de Alencar, *A mãe*, de 1865. Mas essa representação reaparece ao longo da trajetória da literatura brasileira, apresentando-se em personagens como Iracema, no romance homônimo, e Domingas, em *O mulato*.

Entretanto, os intelectuais românticos brasileiros que se sentiam *outros*, no plano internacional, começaram a introduzir representações indígenas e mestiças como ideais nacionais. Na cena brasileira, o não branco foi incluído no quadro nacional brasileiro se aderisse aos padrões morais, comportamentais e físicos, forjados como sendo do meio branco. A linha de comportamento já mencionada, pelo qual o não branco poderia passar aderiu a padrões que abrangeram áreas amplas, tais como: as de aparência física (o tipo de cabelo e a cor de pele); crença religiosa; nível de educação; comportamentos culturais, sexuais, morais e de lazer (culinários, musicais, de vestuário, o próprio jeito de andar, entre outros). Na época romântica, para passar para o mundo branco, a mulher não branca precisava de cabelo de uma textura cacheada ou lisa e pele de tom mais claro como o rosado ou o de lírio. A religião exigida era obviamente a cristã. As habilidades domésticas de costurar, cozinhar, dançar e cantar eram valorizadas, como também comportamentos sociais modestos, passivos e respeitosos. Essa mulher se definia como defensora de valores, costumes e pessoas brancas.

O crítico literário Cuti (2010) aponta o clareamento de personagens descendentes de africanos e indígenas ao longo da trajetória literária brasileira. A inclusão social dessas pessoas, isso é, seu passar para o mundo branco, frequentemente dependia de sua parceria com um membro da aristocracia agrícola. A mulher não branca era mais facilmente aceita do que o homem, como vemos no contraste entre o destino de Raimundo, em *O Mulato*, e Isaura, em *A Escrava Isaura*. A mestiçagem de personagens brancos e indígenas foi um dos meios principais em que o círculo romântico tentou fundir a Nação e legitimar imagens harmoniosas e cordiais da

colonização e escravidão brasileiras. Entretanto, subjacente a essas representações, houve a continuada valorização da beleza, conhecimento e cultura europeus e a inferiorização e/ou exclusão de pessoas indígenas, mestiças e pretas em todas as esferas.

Crenças herdadas de pensadores das ciências raciais como o Conde Artur de Gobineau e Louis Agassiz eram extremamente influentes na segunda metade do século XIX entre os intelectuais brasileiros. Elas providenciavam uma estrutura de apoio que manteve o calibre das relações entre os principais atores em cena. A crença na superioridade do branco em relação a seus dotes físicos, intelectuais e espirituais era essencial para manter sua posição no pico da hierarquia social, possibilitando a subordinação de seus servidores. Por outro lado, o esquema básico da negrura brasileira apresenta três lances centrais: a suposta passividade das raças indígena e negra, a sua inferioridade intelectual e física e o apetite sexual exacerbado de ambas.

Na *Belle Époque*, a esfera da brancura literária, com sua idealização do branco, ganha uma nova representação no personagem do imigrante europeu recém-chegado. Lembramos que essa configuração coincide com a imigração massiva de europeus ao longo desse período (de 1880 a 1920). A imigração europeia dificultou a possibilidade do negro recém-liberto se inserir no mercado de trabalho pelo fato de que o trabalhador europeu foi preferido na maioria dos casos, especialmente em áreas de trabalho que exigiam mais do que a força braçal (FERNANDES, 2013). Representações masculinas e femininas dos imigrantes, como nas pessoas de Olga, em *O triste fim de Policarpo Quaresma*, e Milkau, em *Canaã*, apresentam-se como figuras salvadoras de um Brasil do futuro. Nas palavras de Joaquim Nabuco, essas representações são emblemáticas da esperança da maioria dos intelectuais brasileiros da época de que o contato e miscigenação do brasileiro com “o novo sangue caucasiano” (SKIDMORE, 1995, p.24) poderiam renovar e melhorar o país.

Mesmo assim, a configuração literária que mais se diversificou e se ampliou ao longo da *Belle Époque* é a do mestiço que incluía a valorização do sertanejo no lugar do índio. O descendente do índio com o europeu recebe uma representação positiva nas mãos de Euclides da Cunha, Graça Aranha e José de Alencar, por exemplo. Há também diversas representações, ambas positivas e negativas, do descendente do negro com europeu: do mulato e da mulata na linguagem da época. Brookshaw (1983) aponta que mulatos nobres, bonitos, cultos e moralmente superiores são apresentados como seres brancos, com pele clara e cabelos encaracolados. A construção desses personagens mestiços nobres, de cor branca fortalece a positividade da estética branca que continua

dominando muitas obras da literatura brasileira até hoje. Mesmo com a enorme amplificação da representação do mestiço, as mesmas estratégias continuam a ser utilizadas para rebaixá-lo. A sua tendência à instabilidade psicológica é muito forte e pode ser detectada na maioria das construções dele neste estudo.

Observamos que a conceituação de uma identidade nacional mestiça é empregada como uma ideologia para unir e igualar os membros da Nação, entretanto, se um indivíduo não tiver pele clara e comportamentos irrepreensíveis, torna se muito fácil ser devolvido ao meio negro desregrado. Por outro lado, é subentendido que o branco vive acima da linha de comportamento. Nas configurações literárias analisadas neste estudo, o desvio do branco do caminho certo é devido, normalmente, à sua contaminação moral pelos negros que o cercam, como nos casos de Cândida, em *As vítimas algozes*, e Jerônimo e Pombinha, em *O cortiço*. Na época modernista, vemos a mesma contaminação ocorrer através do contato dos senhores com as mulatas, em *Menino de engenho*. Por outro lado, na *Belle Époque*, o imigrante alemão Milkau e a descendente alemã Maria também se tornam figuras mestiças devido a sua afinidade com a cultura e a natureza brasileiras. Eles se juntam com as construções indígenas e mulatas embranquecidas, moral-, cultural- e/ou fisicamente de Peri, Poti, Ubirajara, Araci, Iracema, Raimundo e Isaura e com os personagens brancos enegrecidos como Carolina, em *A moreninha*, e Jerônimo e Pombinha como ícones nacionais.

No ambiente urbano, a partir da virada do século XX, o quadro da brancura vai se encolhendo e o quadro negro vai tomando mais e mais espaço. Há uma maior aceitação do negro que também se reflete em obras da historiografia brasileira da época. A mulata continua central. O malandro, já presente em personagens como Brás Cubas, na época da *Belle Époque*, começa a dominar a cena e se tornar uma figura mestiça por seus comportamentos não convencionais, senão propriamente por sua genética. Do mesmo modo, o senhor, descendente de português - o homem cordial edificado por Sérgio Buarque de Holanda (1936) -, emerge como uma figura mestiça em termos inatos e através de seus comportamentos.

O crítico Antônio Cândido (1970) aponta o malandro como representativo de um modelo de moralidade distintamente brasileiro que ele contrasta com os padrões morais mais rígidos e puritanos dos Estados Unidos. A configuração literária do malandro que se torna mestiça ou preta até a década de 1930 promove a continuada proeminência do branco em termos sociais, profissionais e morais no mundo real. O malandro literário não é materialista e não quer trabalhar, ele se interessa puramente por suas necessidades

imediatas. Ele prefere namorar muito e se divertir a se casar. Por seus comportamentos e valores, ele é responsável por sua situação instável e marginalizada na sociedade e não se apresenta como possível concorrente para os empregos e as parceiras mais desejáveis. Desse modo, ele não ameaça a supremacia do branco profissionalizado e/ou endinheirado, como progenitor da nação. Observamos aqui que o malandro pode ser masculino ou feminino. Por exemplo, Maria Eneida Matos da Rosa (2009) em seu estudo de doutorado define Rita Baiana de *O cortiço* de Aluísio de Azevedo, de 1890, como malandra.

Obviamente, há uma contracultura literária que desconstrói os modos de representação, os códigos e os signos da brancura e negrura que aparecem principalmente em exemplos da literatura negra. Nesse esforço, o crítico literário Luiz Fernando Valente (2005) refere-se também a uma série de romances históricos que surgiram ao longo das décadas de 1970 e 80 no Brasil, destacando a obra *Viva o povo brasileiro*. O crítico cita o escritor Moacir Scliar quando observa que os romancistas brasileiros dessa época ficavam “perplexos” diante dos mitos de harmonia racial e união nacional, propagados ao longo do século XIX e a maior parte do século XX, quando a sua realidade era de extrema desigualdade e desarmonia social.

Podemos tomar a obra *Viva o povo brasileiro* como o eclipse das tradições da brancura e negrura brasileira, entretanto, o romance ainda carrega alguns aspectos tradicionais dessas entidades. João Ubaldo Ribeiro dialoga com as representações e as estratégias literárias dos outros autores de nosso estudo, construindo seu romance sobre elas e, geralmente, ultrapassando seus feitos. Observamos a desconstrução de figuras tradicionais da negrura e brancura literária brasileira. A personagem da mulata libidinoso que através de sua “irresistibilidade e amoralidade” (QUEIROZ JUNIOR, 2010) preserva a posição moral superior do senhor é firmemente afastada em *Viva o povo brasileiro*. A imagem altamente erótica dela contribui para a propagação e manutenção do mito das relações harmoniosas da escravidão brasileira porque implica ao menos sua cooperação sexual e senão sua deliberada provocação para ter relações sexuais. Sua representação afasta o estupro e a morte de milhares de mulheres negras e indígenas do imaginário coletivo brasileiro. As mulheres negras e indígenas éticas, guerreiras e fieis de *Viva o povo brasileiro* como Venância, Meirinha e Maria da Fé afastam o estereótipo da mulata de nossa imaginação.

Ubaldo valoriza a honestidade e o comportamento trabalhador dos negros e indígenas, comemorando sua riquíssima cultura nas descrições de seus ritos e

celebrações noturnas. Homens pretos como Júlio Dandão e Negro Leléu emergem como pais preocupados e trabalhadores dinâmicos, enquanto o direito à paternidade e a iniciativa do trabalhador negro geralmente são negados ou negligenciados nas representações anteriores. Heróis pretos como Budião e Julio Dandão surgem como figuras da resistência, ativas e inteligentes, desconstruindo por seu lado os estereótipos do negro passivo e resignado ao seu lugar. Brancos como o Barão de Pirapuama e membros da elite embranquecida como Amleto e seus descendentes são representados em toda sua imoralidade e brutalidade. Seu discurso desenvolvimentalista e nacionalista é exposto como a procura egoísta pelo enriquecimento de si. Desse modo, o autor derruba os estereótipos que enfatizam a preguiça, a falta de iniciativa e inteligência, a passividade e a lubricidade exacerbada do negro por um lado e os tipos idealizados do branco por outro.

A narração dos pensamentos dos personagens no discurso indireto livre é uma técnica que desmascara como os discursos hegemônicos infiltram a mente das pessoas comuns, bloqueando sua resistência. Além disso, a mudança constante do ponto de vista, narrando o mesmo acontecimento pelo olhar de diversos personagens, conscientiza o leitor sobre o fato de que cada pessoa tem seu posicionamento ideológico a proteger e a defender. O romance desmascara o calibre verdadeiro dos supostos atos heróicos da História oficial como os do Barão.

Apesar de suas diversas desconstruções da brancura e negrura tradicionais, vários ecos dessa estética continuam presentes no romance. As duas figuras mais heróicas do romance, Maria da Fé e Patrício Macário, podem ambos passar por brancos. Desse modo, elas se assemelham à estética de representações como Isaura e Raimundo, dois negros que se integram totalmente na cultura do branco e que se assemelham brancos em sua aparência. Por seu lado, Amleto e sua linhagem de banqueiros, em sua maioria corrupta e emocionalmente instável, são mestiços, mesmo que as gerações recentes nem são cientes de sua mestiçagem biológica. Poderíamos entender suas qualidades e comportamentos negativos e desequilibrados como parte de sua herança mestiça, desse modo, sua caracterização reforça os padrões tradicionais da brancura e negrura. O Barão, a figura mais abominável do romance, filho de um senhor português, é expulso de sua família por seus comportamentos excessivos e poderia ser visto como uma exceção à regra do Bom Senhor, por conta dessa expulsão.

Neste trabalho, apresentamos algumas perambulações narrativas e representativas da brancura, negrura e mestiçagem num pequeno perfil da literatura

brasileira, culminando nossa discussão com o romance *Viva o povo brasileiro*. Intentamos desmascarar exemplos dos meios literários que moldam e são moldados por uma hierarquização de cor da sociedade brasileira e suas significações histórico-, cultural- e socialmente construídas. Observamos deslocamentos e adaptações nas configurações das representações e dos contextos apresentados e do estilo narrativo ao longo do tempo, entretanto, testemunhamos a continuada inferiorização e exclusão das pessoas pela cor, especialmente de pessoas pretas, mesmo que isso aconteça de modos que vão se mudando e modificando sempre.

Referências:

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009 [1895].

ALENCAR, José de. *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 2007 [1874].

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Círculo da Leitura Ltda. (s/d) [1935].

AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

ARANHA, Graça. *Canaã*. São Paulo: Editora Ática, 1998 [1902].

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 3. ed. São Paulo: Marin Claret, 2001 [1890].

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Ática, 1998 [1881].

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 [1915].

BERND, Zilá (Org.). *João Ubaldo Ribeiro: obra seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.8, São Paulo: USP, 1970. (p.67-89).

Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAyIAL/dialetica-malandragem-antonio-candido>>. Acesso: 11/04/2013.

CARRIZO, Silvina. *Fronteiras da imaginação, os românticos brasileiros: mestiçagem e nação*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 1. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2011.

CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. 1. reimp., Vol. I e II. São Paulo: Globo, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Scipione, 1974.

GOBINEAU, Arthur de. *The inequality of the human races*. Trad. Adrian Collins.

London: Heinemann, 1915. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/inequalityofhuma00gobi#page/n3/mode/2up>>

Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Editora Ática, 1998 [1875].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971 [1936].

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. São Paulo: Editora, 1994 [1844].

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Martin Claret, 2010 [1869].

MORRISON, Toni. *Playing in the dark: whiteness and the literary imagination*. USA: Vintage Books, 1993.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Minas Gerais: Autêntica, 2008.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis, RJ: Vozes de Bolso, 2012.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1994.

QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. 2. ed. rev. São Paulo: Terceira Margem, 2010.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 105. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2013 [1931].

ROSA, Maria Eneida Matos da. *O malandro brasileiro: do fascínio ao rancor*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4192/1/000410342-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso: 19 de junho de 2014.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. Second printing. USA: Duke University Press, 1995.

SOMMERS, Doris. Irresistible romance: the foundational fictions of Latin America. In: BHABHA, Homi. *Nation and narration*. London: Routledge, 1990. Cap.V, p. 71-98.

VALENTE, Luiz Fernando. João Ubaldo Ribeiro: a ficção como história. In: BERND, Zilá (Org.). *João Ubaldo Ribeiro: obra seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.